

**Educação Corporativa Militar:**  
**A construção de identidades e o Programa de Formação e Fortalecimento de Valores<sup>1</sup>**

Otoniel Fontana Silva<sup>2</sup>

*A farda não é uma veste, que se despe com facilidade e até com indiferença,  
mas uma outra pele, que adere à própria alma.*  
P. S. Xavier.

**Resumo**

O objetivo desta pesquisa, do ponto de vista mais amplo, é analisar a construção de identidades militares e o Programa de Formação e Fortalecimento de Valores, a partir da Educação Corporativa Militar. Em termos metodológicos e estruturais, a pesquisa está organizada em três tópicos: no primeiro, apresentam-se os conceitos e processos vinculados à Educação Corporativa Militar. No próximo, examinam-se os conceitos de identidades militares. Finalmente, analisa-se o Programa de Formação e Fortalecimento de Valores (PFV). Com base nas análises, foi possível compreender como ocorre a construção de identidades militares a partir da Educação Corporativa Militar.

**Palavras-chave:** Educação Corporativa Militar. Identidades Militares. Programa de Formação e Fortalecimento de Valores.

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte dos capítulos dois e três da Dissertação de Mestrado em Educação desenvolvida pelo próprio autor da obra, com o título: “EDUCAÇÃO CORPORATIVA MILITAR: A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA”.

<sup>2</sup> Doutorando e mestre em Educação pela Universidade Luterana do Brasil; especialista em Gestão de Recursos Humanos pelo Centro Universitário; especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense; especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Luterana do Brasil; bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Luterana do Brasil; e bacharel em Teologia pela Faculdade de Teologia Logos. E-mail: otoniel.fontana@gmail.com.

## **1 Introdução**

O tema proposto para esta pesquisa é: “Educação Corporativa Militar: a construção de identidades e o Programa de Formação e Fortalecimento de Valores”. Esse tema se torna importante, porque, somente a partir da década de 1990, pesquisadores brasileiros começaram a desenvolver sistematicamente investigações a respeito dos militares, de suas culturas e identidades. Isso indica que esse campo é merecedor de maior detalhamento e aprofundamento.

Sendo assim, o objetivo principal é investigar a Educação Corporativa Militar a partir dos seguintes objetivos específicos: a) apresentar os conceitos de educação corporativa; b) examinar os conceitos sobre identidades militares; e, c) analisar o Programa de Formação e Fortalecimento de Valores (PFV).

A pesquisa está organizada em três tópicos: no primeiro, apresentam-se os conceitos e processos vinculados à Educação Corporativa Militar, utilizando-se das seguintes referências bibliográficas: Marisa Éboli, Fátima Bayma, Maria Cláudia Rodrigues, Kira Tarapanoff, Luzia Pacheco, entre outros.

No próximo, investigam-se os conceitos de identidades militares, utilizando-se como embasamento os estudos etnográficos e antropológicos de Celso Castro e demais pesquisadores que se dedicam ao estudo dos militares brasileiros, como Piero Leirner, Emília Emi Takahashi, Daniela Schmitz Wortmeyer, Lauriani Albertini, Cristina Rodrigues da Silva, Juliana Cavilha, entre outros.

Finalmente, a pesquisa analisa o Programa de Formação e Fortalecimento de Valores (PFV), que tem como finalidade definir e desenvolver um conjunto de valores morais e de ações, ligados ao preceito de ética militar, que norteiam as atividades a serem desenvolvidas por todos os setores das Organizações Militares (OM) da Força Aérea Brasileira (FAB).

## **2 Educação Corporativa Militar**

A Educação Corporativa Militar apresenta-se como um reflexo das estratégias e das novas propostas para a educação militar. Considerando a FAB como uma organização corporativa, este tópico pretende analisar a Educação Corporativa, no âmbito de sua estratégia, para o alcance dos objetivos da educação militar, cujo foco é proporcionar a formação, o aperfeiçoamento e a especialização dos profissionais militares, de acordo com os quadros e níveis hierárquicos.

Em artigo publicado no Boletim da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), o Comandante do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, Luiz Gomes Jardim, Coronel Aviador, ao tratar sobre Educação Corporativa, disse que “a FAB busca, por meio da educação corporativa, proporcionar também ao seu pessoal a oportunidade de realizar uma elevação cultural [...] para uma maior capacitação para o trabalho, [...] necessária em um mundo de constantes modificações” (JARDIM, 2007, p. 7). Com base em tal citação, que já sinalizava em 2007 uma mudança considerável para a educação militar, apresenta-se uma revisão de literatura sobre os conceitos de Educação Corporativa, a fim de relacionar com a educação desenvolvida na e pela Força Aérea Brasileira.

A educação corporativa tem como meta o desenvolvimento estratégico dos recursos humanos nas corporações, focando-se no envolvimento de seus colaboradores e o desenvolvimento das competências estratégicas aos negócios da empresa (RICARDO, 2007). Para Eboli (2004), uma organização que aprende é uma organização capacitada em criar, adquirir e transferir conhecimentos e em modificar seus comportamentos a fim de refletir esses novos conhecimentos e *insights*. De acordo com a autora (2004, p. 148), “AUC incorpora a filosofia de aprendizagem da organização, uma mentalidade focada em prover para todos os níveis de empregados os conhecimentos, habilidades e competências necessárias para alcançar os objetivos estratégicos da organização”. Assim,

[...] a UC é um sistema de desenvolvimento de pessoas pautado pela gestão de pessoas por competências, o que faz com que seu objetivo principal seja o desenvolvimento e instalação das competências consideradas críticas para a viabilização das estratégias de negócio. [...] De modo geral, a missão de uma UC consiste em formar e desenvolver os talentos na gestão dos negócios, promovendo a gestão do conhecimento organizacional (geração, assimilação, difusão e aplicação) através de um processo de aprendizagem ativa e contínua (*Ibid.*, p. 149).

Segundo Nery (2010), as universidades corporativas (UC) personificam a filosofia de aprendizagem da organização, cuja meta é oferecer a todos os funcionários o conhecimento e as competências necessários para que os objetivos estratégicos sejam alcançados. Para Eboli (2010, p. 153),

A Educação Corporativa é um sistema de formação de pessoas pautado por uma gestão de pessoas com base em competências, devendo portanto instalar e desenvolver nos colaboradores (internos e externos) as competências consideradas críticas para a viabilização das estratégias de negócio, promovendo um processo de aprendizagem ativo e permanente vinculado aos propósitos, valores, objetivos e metas empresariais.

Sob a perspectiva de Tarapanoff e Alvares (2012), o que torna a educação corporativa verdadeiramente corporativa é a sua ligação com a estratégia institucional. Atualmente, entre médias e grandes corporações, é aceito que a estratégia depende da aprendizagem, e esta do

desenvolvimento de competências organizacionais e individuais específicas. Ainda, conforme os referidos autores, uma organização que tenha efetuado atividades de educação corporativa (muitas vezes centralizada na UC) está voltada para o aprendizado contínuo, construído sobre o aprendizado individual e a gestão do conhecimento. Desta forma, a UC se torna agente central da gestão da mudança, em razão de seu papel estratégico como facilitadora das práticas de gestão do conhecimento e operadora da agenda de aprendizado organizacional.

Torna-se importante destacar que a organização que estrutura uma UC pode ser entendida como uma organização do conhecimento, mais voltada ao posicionamento estratégico da instituição. Isso significa dizer que esse conceito está alinhado à concepção de que cada membro da organização deve incorporar como estratégia os objetivos e os valores presentes no ambiente organizacional. O conceito de UC não está voltado somente para a parte operacional de treinamento, mas a algo maior, que faz com que o colaborador vivencie plenamente o clima organizacional da instituição, ou seja, diz respeito à constituição de identidades.

Sendo assim, a Educação Corporativa Militar pode ser visualizada como um reflexo da busca pela modernização educacional na FAB, que tem procurado aperfeiçoar seus processos educacionais. Também contribui com a formação das identidades ditas militares, pois aplica dispositivos, ferramentas e métodos educativos que conduzem os alunos à incorporação de conhecimentos estratégicos, voltados aos objetivos da instituição. Esses conceitos serão abordados no próximo tópico.

### 3 Identidades militares

A construção das identidades militares formadas, construídas e, por que não dizer, modificadas, ou, ainda, hibridizadas na e pela caserna serão relacionadas, com base na análise dos conceitos de identidades *habitus* ou *ethos* militar, os quais estão baseados em estudos etnográficos e antropológicos, realizados entre militares brasileiros, por Celso Castro e Piero Leirner (pioneiros nos estudos de antropologia cultural sobre militares brasileiros)<sup>3</sup>, seguidos

---

<sup>3</sup> Celso Castro realizou pesquisa de campo na Academia Militar das Agulhas Negras, entre 1987 e 1988, e defendeu, em 1989, sua dissertação de mestrado “O espírito militar”, publicada em 1990. Piero Leirner pesquisou na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, entre 1992 e 1995, e defendeu neste último ano sua dissertação de mestrado “Meia-volta, volver”, publicada em 1997. Conheceram-se nesse contexto de pesquisa dos anos de 1990, e por bom tempo permaneceram sozinhos na área, que chamaram de “antropologia dos militares”. Essas duas pesquisas representaram uma novidade no estudo dos militares brasileiros por cientistas sociais. Antes, a maioria dos trabalhos produzidos por cientistas políticos, sociólogos ou historiadores tinha como ênfase as intervenções militares na política (principalmente por meio de movimentos insurrecionais ou golpes de Estado) ou a transição do regime militar para a democracia (com ênfase na análise da subordinação dos militares ao poder

por Emília Emi Takahashi, Daniela Schmitz Wortmeyer, Lauriani Albertini, Cristina Rodrigues da Silva, Juliana Cavilha, entre outros.

Celso Castro, em suas pesquisas, manifesta que “a palavra ‘militar’ traz a ideia de um profissional com habilidades técnicas específicas que durante os anos incorporou um conjunto de valores e atitudes, pautadas por uma forte disciplina” (2012, p. 179). Para tornar-se um “ser militar”, o sujeito passa por um processo educacional de formação e socialização, a fim de adquirir as competências necessárias para assumir esse novo papel, que é ao mesmo tempo individual e social. A partir do momento em que essas disposições são incorporadas, um novo *habitus* é consolidado, e uma identidade profissional em processo se forma. Sendo assim, partimos do pressuposto de que “o sujeito, antes um ‘ser civil’<sup>4</sup>, transmuta-se em um ‘ser militar’” (BRAND, 2014, p. 41).

Nesse contexto, a incorporação ou a construção do *habitus* militar ocorre a partir das transformações ocorridas no trajeto da “saída do mundo civil” para a “entrada no mundo militar”. Para Castro (2009, p. 24, grifo do autor), “tornar-se militar significa, acima de tudo, *deixar de ser civil*”. “Tomando por base a ideia da formação de uma “identidade militar”, o componente fundamental de sua visão de mundo é uma clara distinção entre as características atribuídas ao ‘mundo militar’, o ‘aqui dentro’, e as atribuídas ao ‘mundo civil’, ou ‘lá fora’” (ALBERTINI, 2009). Castro (2004) e Takahashi (2002) afirmam que “é no interior das academias militares que os futuros oficiais aprendem os valores, crenças, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar” (BRAND, 2014, p. 40).

Para Berger e Luckmann, a socialização militar fornece um dos principais exemplos sociológicos da “alternação”, uma forma particularmente intensa de socialização secundária na qual o indivíduo “muda de mundos” e em que há uma “intensa concentração de toda interação significativa dentro do grupo” (CASTRO, 2004, p. 50). O pesquisador cita ainda Dornsbuch, Vidich e Stein, os quais inferem que as academias militares se constituem no “exemplo extremo” de uma “instituição assimiladora” (*assimilating institution*): “Ela isola os cadetes<sup>5</sup> do mundo de fora, ajuda-os a se identificar com um novo papel, e, assim, muda sua autoconcepção” (Ibid., p. 51). Os cadetes veem o processo de tornar-se um soldado como uma “dissolução” da

---

civil). Agora, o foco das pesquisas desses dois antropólogos não recai nos momentos extraordinários da vida militar, mas em sua rotina cotidiana. Os autores buscaram superar uma visão “externa” em relação aos militares, que se arrisca a vê-los com um olhar exotizante e etnocêntrico, e obter uma visão “interna” de seu mundo social, para, desse modo, compreender como se constrói a identidade militar e como se estrutura sua visão de mundo. (CASTRO; LEIRNER, 2009).

<sup>4</sup> Civil (do latim *civilis*, genitivo de *civis*, “cidadão”), de acordo com o direito internacional humanitário, é uma pessoa que não pertence às forças armadas de seu país. Já para Castro (2009), o “civil” é uma invenção dos militares. Cabe salientar que esta característica “ser civil” é aplicada apenas quando se está perante um militar.

<sup>5</sup> Nome dado aos alunos que ingressam em cursos de formação para oficiais das Forças Armadas.

identidade civil anterior e a aquisição de uma nova identidade militar (Ibid.). Para Castro e Leirner (2009, p. 8, grifo dos autores),

A utilização das categorias “interno” e “externo”, vale salientar, não se refere a uma suposta visão reducionista por parte dos pesquisadores, procedimento que “isolaria” a instituição militar da sociedade em que está inserida. Muito pelo contrário, trata-se do principal resultado do esforço de compreender “categorias nativas” fundamentais dos próprios militares, baseadas em distinções simbólicas entre “dentro/fora”, “mundo/meio militar” e “mundo/meio civil”.

O indivíduo que ingressa num curso de formação militar, segundo Leirner (2009, p. 41), “é submetido a uma bateria de rituais expiatórios, treinamentos físicos e repetição constante de recursos mnemônicos, cuja função parece ser a inculcação ‘naturalizada’ ou a ‘decoração’ de princípios militares”. Leirner diz, ainda, que

Tais mecanismos parecem ter uma dupla finalidade: a) estimular uma constante desistência entre os cadetes, de modo que os perseverantes incorporem a noção de que têm uma “vocação natural” para a vida militar; e b) forjar a construção de uma nova pessoa, cuja identidade é reconhecida a partir da ideia do pertencimento a um “mundo de dentro” (LEIRNER, 2009, p. 41 e 42).

Como aborda Silva, apoiado em Castro (1990), ao entrar na academia militar,

o cadete vivencia, através de uma série de ritos expiatórios, um processo de socialização profissional durante o qual deve aprender valores, atitudes e comportamentos adequados à vida militar, tais como disciplina, hierarquia, precisão, rapidez, vigor físico, solidez moral, etc. Logo, a própria distinção construída pelos militares entre “eles” (militares) e os “civis” (os não militares) acaba sendo um passo primordial para a formação de uma identidade, de um “espírito militar”, nos alunos ingressantes nas escolas de formação militar (2009, p. 107s, grifo do autor).

Outro aspecto que deve ser observado é o da “hierarquia”, a qual, segundo Castro (2009, p. 81), “é o elemento-chave para se entender a mentalidade militar e a separação entre o universo castrense e o universo civil, isto é, entender a diferença entre quem é e quem não é militar”. Para o autor, ser um militar significa ocupar um lugar nessa hierarquia; significa estar imerso numa rede de relações com regras próprias, sujeito a regras diferenciadas em relação aos civis (ALBERTINI, 2009, p. 81). “Significa, principalmente, que se está em lugar que estabelece regras sociológicas que o separam do restante da sociedade: A hierarquia é a fronteira desta distinção: ao mesmo tempo que ela indica quem é “de dentro” e quem é “de fora”, ela é o registro das regras de conduta dos militares” (Ibid., p. 82, grifo do autor). Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, o termo “hierarquia militar” está relacionado à “organização disposta de acordo com os níveis de autoridade ou de chefia das Forças Armadas”. Para Albertini,

Ela [hierarquia] ao mesmo tempo representa um princípio formador de uma identidade coletiva que estabelece uma fronteira clara com o mundo “de fora” (ou os “paisanos”, como já apontado por Castro) e estrutura as relações internas aos próprios militares. [...] De maneira análoga, ela opera ao mesmo tempo na base da organização militar – demarcando a divisão de trabalho; os ganhos salariais subsequentes; a divisão temporal durante a carreira; aspectos cotidianos como moradia, lazer e em grande medida o acesso a casamentos prescritos de acordo com a hierarquia – e nas representações coletivas – uma “visão de mundo hierárquica”: a percepção do “mundo de fora” segue critérios homólogos à sua organização interna (2009, p. 82, grifo do autor).

Desse modo, a profissão militar é orientada pelos princípios de hierarquia, pois, de forma geral,

a vida militar é regida por todo um sistema de crenças e valores específicos da instituição militar: um grupo considerado “fechado”, tradicional e altamente hierárquico, no qual se configura a preeminência da coletividade sobre os indivíduos como fundamental para o bom desempenho das atividades no quartel e nas demais organizações militares. [...] A corporação militar, portanto, detém certo controle e conhecimento da vida do indivíduo que nela está inserido e, ao condicioná-lo a uma série de regras e condutas próprias, acaba definindo a construção das relações e a formação da identidade desses indivíduos (SILVA, 2009, p. 108).

Desde o início de um Curso de Formação, o militar está submetido às normas, regras e rituais que permeiam seu cotidiano. Como exemplo de um dos primeiros rituais, o militar “tem seu cabelo cortado à ‘maneira militar’, ou seja, muito curto. [...] São normas para a passagem a um novo universo que atentamente observa o corte de cabelo, a proibição de bigode ou barba, assim como a retirada de brincos e piercings” (CAVILHA, 2009, p. 139). Esses rituais são frequentes e rotineiros na vida de um militar, pois acompanham o início da carreira, seu percurso, e marcam o fim da trajetória (ibid., p. 142). Segundo a pesquisadora, ainda,

Esse processo se instala num aprendizado que é sobretudo corporal e mediatizado pelos muitos citados “manuais”, numa espécie de adestramento dos movimentos que devem ser estudados e, portanto, condicionados, mas principalmente submetidos a estatutos e regras, numa tentativa de homogeneizar um modo de se comportar dentro dos quartéis. Esses manuais são dissecados e ensinados pelos comandantes de tropa. Eles ganham vida, no entanto, em rituais rotineiros e cotidianos, conhecidos como formaturas e ordens-unidas – mencionados na fala de Bastos – e, realizados como parte da formação de um soldado (CAVILHA, 2009, p. 141).

É nesse sentido que o comportamento dos militares evidencia a construção de novas identidades, as quais o acompanharão durante a vida na caserna. Conforme Castro (2004, p. 74),

A entonação da voz, clara e firme; o olhar direcionado para o horizonte, e não para baixo; uma postura correta, e não curvada; uma certa “densidade” corporal – tônus muscular, relação peso X altura equilibrada; uma noção rígida de higiene corporal – usar os cabelos curtos, o uniforme impecavelmente limpo, fazer a barba todos os dias (mesmo os imberbes); um linguajar próprio. Todos esses atributos físicos e comportamentais marcam uma fronteira entre militares e paisanos que é vigiada com o máximo rigor na AMAN, sendo a causa mais frequente de punições disciplinares.

O autor salienta ainda outros aspectos construídos nos cursos de formação, os quais se relacionam com os atributos morais:

O senso de honestidade e “retidão” de caráter; a preocupação com causas “nobres e elevadas” — Pátria, Brasil (no Curso Básico, quando um oficial grita “Brasil!”, os cadetes aprendem a contestar em uníssono: “Acima de tudo!”); o “espírito de renúncia” e o desapego a bens materiais; o respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia, são os exemplos mais comumente citados pelos cadetes (Ibid.).

Para outra pesquisadora, Daniela Schmitz Wortmeyer, “nas primeiras tentativas de organização de forças armadas nacionais ao redor do mundo, identificam-se traços de uma ética profissional militar voltada a regular a conduta de seus membros, por meio do comprometimento com determinados valores morais” (2017, p. 52). “Mais do que por uma legislação específica, o profissionalismo militar é regido por um código de honra, que o diferencia das demais profissões e grupos sociais” (JANOWITZ, 1957, apud WORTMEYER, 2017, p. 52). Disciplina rigorosa, controle severo das rotinas diárias, doutrinação em tradições militares e cerimoniais e exigência de desempenho atlético são algumas das práticas que circunscrevem a brusca transição que representa o ingresso na carreira militar (WORTMEYER, 2017, p. 54). Para Badaró (2006), “mais do que teorias ou conceitos, os valores morais geram práticas que implicam escolhas e preferências relacionadas ao contexto de socialização institucional e a relações sociais específicas, sendo fundamentais para a formação da identidade militar” (apud WORTMEYER, 2017, p. 55).

Observa-se, após as análises deste tópico e seguindo a compreensão dos autores citados, que a formação do militar é marcada por normas rígidas, que compõem um sistema de valores e crenças, cujo objetivo é segregar o “ser civil” do “ser militar”, não no sentido de distanciar, separar ou isolar estrito da palavra, mas num aspecto de atributos morais, pautados no que Castro chama de “espírito militar”.

Para compreender melhor as estratégias da FAB, no que tange ao processo de construção de identidades militares, no próximo tópico a análise debruçar-se-á sobre o Programa de Formação e Fortalecimento de Valores (PFV), com o objetivo de investigar uma das ferramentas utilizadas como mecanismo da Educação Corporativa Militar.

#### **4 Programa de Formação e Fortalecimento de Valores (Pfv)**

Os fundamentos da Ética e do Valor Militar estão estabelecidos no Estatuto dos Militares (Lei 6.880/80), que prescreve a essência do valor militar, o sentimento do dever, da honra e do decoro e, também, a observância da conduta moral e profissional exemplar a cada



um dos integrantes das Forças Armadas. Esse Estatuto caracteriza-se como um código de ética que estabelece e determina os procedimentos morais, os quais promovem a moralização do “sujeito militar”. Tais aspectos morais são retomados e desdobrados no Programa de Formação e Fortalecimento de Valores da FAB (PFV), selecionado como um artefato a ser analisado nesta pesquisa, além de ser uma importante estratégia no contexto de modernização da FAB.

O PFV tem como finalidade definir e desenvolver um conjunto de valores morais, ligados ao preceito de ética militar, relacionados intimamente às instituições militares, mais especificamente à Força Aérea Brasileira (FAB). Quanto à conceituação, o PFV constitui-se como um conjunto de ações que norteiam as atividades a serem desenvolvidas por todos os setores das Organizações Militares (OM) do Comando da Aeronáutica (COMAER). A abordagem “Formação” tem como público-alvo os sujeitos que estão em fase de formação militar, já a abordagem “Fortalecimento” tem como público-alvo o efetivo de todas as OM do COMAER (BRASIL, 2016, p. 9). São objetivos do Programa de Formação e Fortalecimento de Valores:

- a) padronizar os valores morais a serem cultivados na carreira militar, visando nortear o desenvolvimento do fortalecimento ético, moral, cívico e social, no âmbito do Comando da Aeronáutica;
- b) disseminar os conceitos e promover debates sobre a importância dos preceitos da ética profissional, dos valores e deveres militares por parte do efetivo das Organizações de Ensino subordinadas ao DEPENS;
- c) despertar o interesse e a participação de todos aqueles que são ligados, direta ou indiretamente, à formação dos alunos nos assuntos e valores que se relacionem com a vida militar;
- d) sensibilizar todos os envolvidos da importância e da necessidade de manter a coesão irrestrita em torno dos mesmos valores, o que é fundamental para formar uma tropa forte, motivada e altamente capaz;
- e) possibilitar um enriquecimento moral e ético de todos os envolvidos com as atividades previstas neste programa; e
- f) fornecer uma bagagem de conhecimentos que capacite os oficiais e praças a difundir estes valores, orientando, motivando e unindo seus pares e subordinados (BRASIL, 2016, p. 9).

Analisando os objetivos elencados acima, percebe-se que, em todos eles, o termo “valor” é mencionado, de modo que o próprio documento, na página seguinte, traz o significado de tal conceito:

Os valores são crenças e atitudes que dão personalidade a uma instituição. Funcionam como uma bússola norteadora de suas condutas e políticas adotadas. Eles representam os ideais de atitude, comportamento e resultados que devem estar presentes em todos os seus integrantes. No meio militar, transparecem o espírito da instituição das Forças Armadas perante os seus membros e toda a sociedade (BRASIL, 2016, p. 11).

No PFV estão listados os valores que devem ser seguidos pelos militares, ou seja, os valores constituidores de suas identidades. Segundo Silveira (2004, p. 126) “a identidade é vista como parte fundamental da dinâmica pela qual os indivíduos e os grupos compreendem os elos,

mesmo imaginários, que os mantêm unidos”. Já para Silva (2007, p. 112), “as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir”. É nessa perspectiva, então, que “a instituição escolar constitui espaço em que ocorre um sistema de trocas cujo produto valorizado é o alguém, o eu, a identidade” (SILVEIRA, 2004, p. 136). Percebe-se, aqui, que os alunos em curso de formação são levados a compreender as conexões que os mantêm ligados, sendo dirigidos a assumir novas posições identitárias, pois estão inseridos num ambiente escolar, formador.

Os valores preconizados no PFV são estes: patriotismo, civismo, fé na missão, espírito de corpo, amor à profissão, aprimoramento técnico-profissional, hierarquia, disciplina, autoridade, dedicação ao serviço, eficiência, honra, responsabilidade, amor à verdade, probidade, vida ilibada, boa educação, trato com subordinado, dignidade, civismo, tradição, cidadania, coragem, lealdade, integridade e comprometimento (BRASIL, 2016, p. 11s). Cada um desses valores está apresentado e detalhado no documento. No entanto, de um total de 26 valores, foram selecionados apenas seis para fins de análise: *hierarquia, disciplina, honra, responsabilidade, patriotismo e espírito de corpo*. Esses seis valores foram selecionados por serem basilares e mais evidentes nos discursos e nas representações dos militares e também por perpassarem com destaque os documentos analisados.

O primeiro valor a ser analisado é a “hierarquia”, a qual, conforme orientações do PFV, é a posição entre diferentes níveis de autoridade, em que o respeito deve partir tanto do subordinado para com o seu superior, quanto do superior para com o seu subordinado. Esse princípio, no entanto, deve ser precedido do trato com bondade, dignidade, urbanidade, justiça e educação. Segundo o PFV, a hierarquia é:

A ordenação progressiva da autoridade em diferentes níveis, [...] é a atribuição do mando e da obediência aos membros de uma sociedade. Toda organização, seja civil ou militar, necessita que a autoridade seja ordenada hierarquicamente e cada componente tenha disciplina para cumprir suas funções de acordo com o que foi estabelecido. [...] A Força Aérea trabalha para que disciplina e hierarquia sejam cultivadas nos diversos níveis funcionais com respeito e valorização de seus militares, buscando um ambiente de trabalho que proporcione a produtividade e a satisfação de comandantes e comandados (BRASIL, 2016, p. 13).

Da análise do excerto acima, pode deduzir-se um ponto importante. O termo hierarquia, segundo o texto, está vinculado à “ordenação progressiva da autoridade, da atribuição do mando e da obediência”. Isso quer dizer que, nessa relação, há um governado/subordinado e um governante/superior/autoridade. Esse aspecto pode ser relacionado com o que Foucault entende por meio do termo “governo”. Jorge Ramos do Ó (2009, p. 100) destaca que “Michel Foucault cunhou o termo *gouvernementalité* para identificar uma teoria proclamada como ‘arte de governo’, isto é, utilizou-o para referir-se a uma forma de atividade que tem por objetivo

moldar, guiar ou afetar a conduta de alguma pessoa ou de grupos de pessoas, incluindo o governo de si próprio”. O autor expõe, ainda, que “Foucault falou de tecnologias de governo destinadas a ‘conduzir a conduta’ em diferentes domínios, como a escola, o exército e o atelier” (Ibid., p. 102). Nota-se que esse conceito utilizado por Foucault tem ligação direta com o evidenciado pelo texto do PFV, pois, por meio da hierarquia, esse processo de governo é demonstrado.

Contribui com essa discussão o Estatuto dos militares, em seu Art. 14 e § 1º, ao prescrever que “A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antiguidade no posto ou na graduação” (BRASIL, 1980). Isto é, independente do curso de formação e período em que o militar o tenha realizado, haverá sempre, entre os pares, subordinados e superiores hierárquicos. No mesmo artigo citado anteriormente, o Estatuto diz: “o respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à seqüência de autoridade”. A assertiva apresenta a locução “espírito de acatamento”, ou seja, exige que o militar desenvolva este “espírito” de subordinação, que se “dobre” ao governo de seu superior. O texto do PFV segue com a seguinte proposição:

A escala hierárquica é associada a uma escala de responsabilidade, que é tão maior quanto for a autoridade/grau hierárquico. A hierarquia estabelece a fronteira que delimita o relacionamento entre os níveis funcionais, de modo que a disciplina permite que essa fronteira seja respeitada, de modo consciente e saudável (BRASIL, 2016, p. 13).

Em outras palavras, o excerto explica que a hierarquia estabelece a fronteira que delimita o relacionamento entre aquele que governa e aquele que é governado, ou seja, há um certo distanciamento entre um e outro, no qual fica claro que a questão da responsabilidade aumenta de acordo com a progressão na hierarquia militar.

Tratando-se agora do conceito de “disciplina”, o documento estabelece o seguinte:

Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral e voluntário das leis, regulamentos, normas e ordens emanadas das autoridades hierárquicas competentes. Disciplinar-se, então, é aplicar rigorosa e continuamente aqueles princípios em que acreditamos, para alcançar um objetivo definido. Complementa a hierarquia consolidando, desta forma, as bases em que se assentam os princípios do militarismo (p. 12). [...] Disciplina é a forma de se dedicar a uma ação determinada, ou seja, dedicar-se com disciplina é fazer o que precisa ser feito com obediência. (BRASIL, 2016, p. 14).

A palavra “disciplina” se originou etimologicamente a partir do latim *disciplina*, que quer dizer “educação que um discípulo recebia de seu mestre”. Esse termo, por sua vez, tem origem diretamente de *discipulus*, que é referente a “aquele que aprende”, e este, conseqüentemente, tem raiz no verbo latino *discere*, que significa “aprender”. Esse

entendimento denota que a “disciplina” é a aprendizagem de um conhecimento a partir de um mentor ou mestre, em outras palavras, pode-se dizer que esse entendimento está relacionado ao sujeito que se submete ao ensinamento de uma autoridade superior. Essa autoridade superior pode estar associada ao conjunto de regras, normas e responsabilidades estabelecidas por determinado grupo ou instituição. Diante disso, o excerto infere que “a disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral e voluntário das leis, regulamentos, normas e ordens emanadas das autoridades hierárquicas competentes”. Observa-se, no trecho, que, ao mesmo tempo em que se fala em “acatamento integral das leis”, entendido como “cumprimento total da mesma”, se fala em “acatamento voluntário das leis”. Por essa lógica, questiona-se: há uma possibilidade de “não” cumprir a lei? Há uma dicotomia na proposição apresentada?

Outro ponto de vista, analisado no termo “disciplina”, diz respeito ao posicionamento constante do sujeito em se dedicar ao cumprimento de determinada regra ou ordem para o alcance de um objetivo. Essa concepção refere-se à autodisciplina, concernente ao que Foucault indica como “o governo de si mesmo”. Foucault considerava ainda os colégios das ordens religiosas e os quartéis como os lugares específicos onde começaram a vigorar as tecnologias disciplinares. De modo geral, conforme o PFV, as Forças Armadas apresentam um conjunto de normas e regras de conduta que devem ser observadas e cumpridas, de maneira que o sujeito que não cumpre as ordens, regras e regulamentos é um indisciplinado.

O terceiro valor a ser apresentado é o que se refere ao conceito de “honra”, o qual o documento aborda da seguinte forma:

Honra é a consciência da própria dignidade, expressão da própria vida honesta, o objeto do respeito e do acatamento da comunidade. [...] A primeira acepção de honra provém da qualidade daquele que mantém a sua integridade moral e age com respeito aos demais em qualquer circunstância. Significa manter uma conduta íntegra e ilibada. Ela é traduzida pelo sentimento do dever, pelo pundonor militar e pelo decoro da classe, pautando a conduta moral e profissional de forma irrepreensível (BRASIL, 2016, p. 16).

O PFV, sendo um documento subordinado à “lei maior militar”, ou seja, ao Estatuto dos Militares, apresenta o conceito de “honra” como a “qualidade daquele que mantém a sua integridade moral e age com respeito aos demais em qualquer circunstância”. Ligado a isso, o Estatuto prevê, em seu Artigo 32, que “todo cidadão, após ingressar em uma das Forças Armadas mediante incorporação, matrícula ou nomeação, prestará compromisso de honra, no qual afirmará a sua aceitação consciente das obrigações e dos deveres militares, e manifestará a sua firme disposição de bem cumpri-los” (BRASIL, 1980). O compromisso de honra a que o artigo faz referência está sustentado no Juramento à Bandeira Nacional, que, no tópico à frente, será analisado detalhadamente. Esse juramento ocorre de maneira solene na presença de outros

militares e demais pessoas, no momento em que o militar adquire a formação compatível com a mentalidade de seus deveres como integrante das Forças Armadas. O excerto acima, em análise, diz que a honra “é traduzida pelo sentimento do dever, pelo pundonor militar e pelo decoro da classe”. O termo “pundonor militar” tem a ver com honestidade, dignidade e distinção militar, marcado por uma conduta ética que deve ser exemplar. O PFV trata também de dois termos relacionados à honra: probidade e lealdade. Quanto à “probidade”, caracteriza-se como retidão ou integridade de caráter, honestidade e honradez; já a “lealdade” considera os preceitos, que dizem respeito à honra, decência e honestidade. O Programa complementa, dizendo que honra é “a intenção de não enganar seus superiores, pares ou subordinados, mas agir com honestidade em qualquer circunstância” (BRASIL, 2016, p. 24).

Quanto ao conceito de “responsabilidade”, o PFV trata-o na seguinte perspectiva:

A palavra responsabilidade contempla várias definições possíveis. Pode tratar-se do cargo e da obrigação moral, oriunda deste cargo, que um sujeito tem de agir ante possíveis erros cometidos em determinada situação. A responsabilidade é, da mesma forma, a obrigação de consertar e a satisfação diante de um ato digno de culpa. Outra definição possível assinala que a responsabilidade é a capacidade existente em todo e qualquer indivíduo ativo de direito em reconhecer as consequências de um feito que tenha realizado deliberadamente. Como tal, por pessoa responsável entende-se aquela que ocasiona conscientemente um feito podendo ser imputada pelas consequências que esse feito possa causar. Desta forma, a responsabilidade é uma virtude dos seres humanos livres. (BRASIL, 2016, p. 16).

A palavra “responsabilidade” está relacionada com a palavra em latim *respondere*, que significa “responder, prometer em troca”. Dessa forma, uma pessoa considerada responsável por uma situação ou por alguma coisa, terá que responder se algo não ocorrer dentro daquilo que for estabelecido. Nesse sentido, o termo “responsabilidade” é uma característica importante, especialmente no mundo do trabalho, no qual um trabalhador responsável é devidamente recompensado pela sua responsabilidade. Assim, o profissional militar, semelhantemente aos profissionais de outras áreas, deve estar ciente de sua responsabilidade, que, na perspectiva do PFV, caracteriza-se pela capacidade que o militar possui de reconhecer as consequências de uma ação que tenha realizado intencionalmente. O próprio PFV descreve ainda que, “o interesse e a dedicação pela profissão militar levam o militar a conhecer, aplicar e cobrar as normas em vigor; executar as tarefas com responsabilidade, ser exemplo para seus subordinados e participar ativamente da formação dos mais modernos” (BRASIL, 2016, p. 15).

O Estatuto dos Militares fundamenta essa temática no Artigo 41, ao determinar que “cabe ao militar a responsabilidade integral pelas decisões que tomar, pelas ordens que emitir e pelos atos que praticar” (BRASIL, 1980). Para tanto, ratifica essa diretriz no Capítulo que trata sobre a violação das obrigações e dos deveres militares, apontando, no Artigo 43, que “a

inobservância dos deveres especificados nas leis e regulamentos, ou a falta de exaço no cumprimento dos mesmos, acarreta para o militar responsabilidade funcional, pecuniária, disciplinar ou penal, consoante a legislação específica”. O Parágrafo único do mesmo artigo diz que “a apuração da responsabilidade funcional, pecuniária, disciplinar ou penal poderá concluir pela incompatibilidade do militar com o cargo ou pela incapacidade para o exercício das funções militares a ele inerentes”. Diante disso, torna-se perceptível que as responsabilidades da carreira militar são diferentes, de certo modo, daquelas de outras carreiras profissionais.

O conceito de “patriotismo”, quinto valor selecionado para a análise, é conceituado no PFV da seguinte forma:

Patriotismo é o amor das pessoas pelo país em que nascem, ao qual se prendem pelos sentimentos mais íntimos e profundos que possuem. O termo PÁTRIA indica a terra natal ou adotiva de um ser humano, que se sente ligado por vínculos afetivos, culturais, valores e história. A noção de Pátria tem um forte potencial emocional evocativo, enfatizando a ideia de continuidade histórica de um povo por meio do sentimento do patrimônio comum de ideais, aspirações, valores existenciais e comportamentos herdados dos antepassados, que devem ser considerados e enriquecidos para serem transmitidos às gerações vindouras. Patriotismo é traduzido pelo compromisso permanente de fidelidade à Pátria, em quaisquer circunstâncias. (BRASIL, 2016, p. 17).

O patriotismo, de acordo com o excerto, está ligado a razões sentimentais, que trazem consigo valores afetivos, históricos e culturais. É representado também por um sentimento de lealdade ao país, descrito na frase: “Patriotismo é traduzido pelo compromisso permanente de fidelidade à Pátria, em quaisquer circunstâncias”. Esse sentimento concorda com o Juramento à Bandeira Nacional, feito por todo militar, que diz: [...] “dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, cuja honra, integridade e instituições defenderei com o sacrifício da própria vida”. Há nessa assertiva um compromisso com a pátria que enfatiza o aspecto puramente sentimental, para o juramento de defendê-la com a entrega da própria vida. Segundo essa visão, o juramento, seguramente, não é feito a partir de uma incerteza sobre o aspecto de devoção à pátria, mas a partir de uma identidade forjada por uma intensa construção identitária, baseada num currículo atravessado por saberes, valores e relações de poder.

As questões sobre civismo, cidadania e nacionalidade também podem ser relacionadas ao conceito de patriotismo. O PFV deixa claro que o “civismo” se refere a comportamentos e atitudes que devem ser manifestados diariamente e que expressam o respeito aos valores, instituições e o compromisso com a nação (BRASIL, 2016). Diz ainda que o civismo está ligado ao culto dos símbolos nacionais e às tradições históricas, como também ao prestígio pelos heróis nacionais. Conclui que o militar é responsável por disseminar os valores cívicos na sociedade, valorizando o servir ao próximo (Ibid.).

Já para o conceito de cidadania, o PFV expressa que ao cidadão militar, por ser uma autoridade que dispõe da força, é exigido um comportamento exemplar e ético que justifique suas atitudes e decisões, tanto em sua vida particular, quanto em suas atividades profissionais, por exercer um papel gerador de estabilidade social (Ibid.). Contrapondo a essa ideia, Dagmar Meyer (2000), ao tratar sobre cidadania, cita René Gertz (1994) que diz: “na tradição brasileira, a cidadania é pensada basicamente como uma questão ligada ao território, o que no jargão jurídico é denominado *jus soli*, isto é, brasileiro é todo aquele que nasce em solo brasileiro”. Entretanto, o PFV vai além desse posicionamento relacionado àquele que nasce em um determinado território, pois amplia a constituição do conceito de cidadania, trazendo um aspecto voltado à ética do cidadão perante os habitantes desse território.

Com relação ao conceito de nacionalidade, compreendido como a condição de um cidadão que pertence a uma determinada nação com a qual se identifica, ele tem sua origem na palavra francesa *nationalité*, cujo significado se refere ao “sentimento nacional”. Seguindo o posicionamento de Stuart Hall (1997), representação envolve práticas de significação e sistemas simbólicos, por meio dos quais os seres humanos se constituem e constroem os “lugares” nos quais se posicionam ou são posicionados. A representação envolve, assim, as práticas da construção de sentidos de uma cultura. Segundo Stuart Hall, portanto, a nacionalidade e a cidadania produzem sujeitos que são representados pela cultura e pelo sentimento de pertencimento a uma determinada nação.

Finalmente, o conceito de “espírito de corpo”, que, segundo o PFV, está associado ao conjunto de ideais, atitudes, interesses, aspirações e tradições que identificam os membros de um grupo, superando as diferenças individuais em prol de um objetivo comum.

Este conceito reflete o auge da maturidade de um grupo, onde a comunhão de ideais, objetivos e características em comum conferem a este grupo uma força difícil de ser superada. Deve ser entendido como um sentimento de “orgulho coletivo”, para com a Pátria, com a Força Aérea Brasileira, com a Unidade Militar onde se serve, com sua especialidade e com seus companheiros. As canções militares, os gritos de guerra e o culto aos valores e tradições da FAB são formas de demonstrar o espírito de corpo, que o militar conserva em sua vida, dentro e fora da instituição (BRASIL, 2016, p. 19s).

Cabe destaque o trecho do PFV que, ao tratar sobre o termo “espírito de corpo”, diz que esse está relacionado “a comunhão de ideais, objetivos e característica em comum, que conferem a esse grupo uma força difícil de ser superada”. Tal assertiva discorre não apenas sobre um trabalho em equipe, no qual todos os membros devem estar aptos e devidamente capacitados para desempenhar uma função, assim como num corpo humano, mas a algo superior que trata da concordância de princípios, propósitos e atributos. Essas características canalizam o conceito de identidade, que conforme a pesquisadora Rosa Maria Hessel Silveira

(2004), é parte fundamental da dinâmica pela qual os indivíduos e os grupos compreendem os elos que os mantêm unidos em determinadas esferas da vida social.

Outra possibilidade para a análise do termo “espírito de corpo” é o emprego da discussão em torno do “corpo domesticado” e “instituições de sequestro”, empregada por alguns autores, especialmente por Michel Foucault, que subentende a submissão dos corpos individuais, sua liberdade, vontade e desejos, a um corpo coletivo. Foucault (2008) afirma que a emergência da disciplina remonta à época clássica e à descoberta do corpo como objeto e alvo do poder. Nesse período, há um grande enfoque no corpo, com o intuito de fabricar corpos dóceis e úteis por meio de uma modulação do corpo e do conhecimento do indivíduo. Fabricam-se, portanto, indivíduos submissos e constitui-se sobre eles um saber em que se pode confiar, ou seja, um corpo passível de ser manipulado, modelado, treinado, “que se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (Ibid., p. 117). Foucault (2008, p. 118) aborda ainda que “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. Segundo ele, “o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. [...] A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis” (Ibid., p. 119).

O Estatuto dos Militares, em seu Artigo 27 e Inciso IV, inclui que o “espírito de corpo” como sendo uma manifestação essencial do “valor militar”. Ou seja, como reflexo de uma identidade coletiva, formada por uma espécie de relação de dependência entre seus integrantes, o espírito de corpo dos militares é forjado nas escolas de formação. Celso Castro (2004) manifesta que a expressão “espírito-de-corpo” vem de um processo de construção da identidade militar, que contribui para uma grande coesão e homogeneidade na caserna. O espírito de corpo é, portanto, uma característica interna da Instituição Militar, construída nas experiências da caserna, principalmente, nas adversidades e na superação de limites.

Além dos valores preconizados no PFV, são abordados dois tópicos relevantes, que tratam da *ética* e dos *deveres militares*, tais tópicos são relevantes para as análises. Toma-se, em primeiro lugar, o conceito de ética que, etimologicamente, é de origem grega, derivada de *ethos*, que diz respeito aos costumes e hábitos dos homens. O documento diz o seguinte:

A ‘ética’ poderia ser definida como o ideal de comportamento (procedimento moral) que orienta o ser humano, em relação aos seus semelhantes, a decidir entre o bom e o mau, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, o honesto e o desonesto, visando ao bem comum, à honra e à tradição dos serviços públicos. Diariamente, na Força Aérea, padrões de conduta ética, dentro e fora da instituição, podem ser exemplificados por diferentes formas: a) no trato respeitoso com os demais colegas de farda, mesmo na inatividade; b) na apresentação pessoal e no uso de uniformes; c) no respeito aos militares de serviço; e, d) no uso de mídias sociais (BRASIL, 2016, p. 21).



As características do que seria este conceito de “ética militar” estão descritas detalhadamente na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980: Estatuto dos Militares, em seu Artigo 28, no qual está previsto um conjunto de 19 preceitos que devem ser seguidos pelos militares. Cabe destacar dois pontos importantes: o primeiro é o Inciso IV do Artigo 28: “cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes”. Esse ponto trata da disciplina militar, que diz respeito ao posicionamento constante do sujeito ao se dedicar ao cumprimento de determinada regra ou ordem. Esse conceito retoma a concepção de autodisciplina, que, na perspectiva de Foucault, é “o governo de si mesmo”. Outro ponto relevante, que abre espaço para discussão, está no Inciso XVI: “conduzir-se, mesmo fora do serviço ou quando já na inatividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decoro militar”. Essa abordagem diz respeito ao aspecto “dentro e fora”, ou seja, da alternância “militar/civil”. De maneira que fora da caserna o “espírito militar” também se impõe, pois, ao sair do quartel e despir-se da farda, o militar ocupa também a posição ou a identidade de “um civil”. Zygmunt Bauman ao tratar sobre o conceito de ambivalência, diz que nesse aspecto o sujeito, ora está “transvestido” de uma identidade, ora de outra.

O segundo tópico a ser observado diz respeito aos “deveres militares”, o PFV descreve que,

Dever é a obrigação moral de cumprir os compromissos. [...] Os deveres decorrem dos valores adotados pela instituição, bem como do padrão ético exercido pelos seus integrantes; podem ser definidos como regra que se impõe através da moral, dos hábitos ou da lei. O sentimento de obrigatoriedade surge a partir do que cada um considera como um padrão de conduta eticamente adequado, ou seja, corresponde a uma vontade consciente de se fazer o que é certo. Com os militares, esse sentimento de dever decorre das características da profissão militar que exige de cada um inúmeros sacrifícios, inclusive o da própria vida em benefício da Pátria. Esta peculiaridade dos militares os conduz a valorizar certos princípios que lhes são imprescindíveis. Os deveres militares seriam, então, um conjunto de vínculos racionais, bem como morais, que ligam o militar à Pátria e ao seu serviço. (BRASIL, 2016, p. 24).

Nessa perspectiva, os deveres militares seriam um conjunto de vínculos racionais, bem como morais, que ligam o militar à Pátria e ao seu serviço. O Estatuto dos Militares, no Artigo 31, prescreve os seguintes deveres militares:

Os deveres militares emanam de um conjunto de vínculos racionais, bem como morais, que ligam o militar à Pátria e ao seu serviço, e compreendem, essencialmente: I - a dedicação e a fidelidade à Pátria, cuja honra, integridade e instituições devem ser defendidas mesmo com o sacrifício da própria vida; II - o culto aos Símbolos Nacionais; III - a probidade e a lealdade em todas as circunstâncias; IV - a disciplina e o respeito à hierarquia; V - o rigoroso cumprimento das obrigações e das ordens; e, VI - a obrigação de tratar o subordinado dignamente e com urbanidade.

Tratando-se da construção do “sujeito moral”, a partir de discursos pedagógicos críticos, a autora Maria Manuela Alves Garcia, destaca que “estes propõem modos específicos e formas de relação que os sujeitos têm de estabelecer consigo mesmos, com os outros e com o mundo”. Ou seja, “são discursos que posicionam os sujeitos em certos modos de ser e existir no mundo” (GARCIA, 2001, p. 33). Nesse contexto, a autora aborda ainda que

Alguns estilos de vida e existência podem ser “superiores”, ou então “inferiores” e “subalternos”, “bons” ou “maus”; e certos atributos ou qualidades do pensamento e formas de explicar o mundo podem ser “ingênuas”, “sem rigor” ou “críticas”, “alienadas” ou “conscientes”. São discursos que tanto propõem problematizações morais da ordem social, de como a ordem social deve e deveria ser, tendo por fundamento determinados princípios e valores morais; como também posicionam os indivíduos como agentes morais, que se relacionam consigo mesmos e uns com os outros de um modo moral e com uma certa representação moral da sociedade (GARCIA, 2001, p. 33).

Para a autora, as práticas pedagógicas ensinam tanto a construção de uma representação específica de “moral”, como a construção do próprio “sujeito moral” (GARCIA, 2001, p. 33).

A Pedagogia tem efeitos disciplinares sobre a conduta humana e sobre os modos como pensamos, falamos e atuamos em relação a questões educacionais. Tem efeitos disciplinares sobre os modos como os indivíduos se veem a si próprios e sobre os modos como agem sobre si mesmos, bem como sobre os modos como significam o mundo e as relações sociais e nelas interferem (GARCIA, 2001, p. 34).

Garcia (2001), citando Foucault (1994), referiu-se à questão da “moral” e “ética” como termos distintos, sendo que “moral” engloba três realidades distintas: 1) a “moralidade” dos comportamentos, sua adequação ou não ao código; 2) o próprio código ou os sistemas de valores, de regras e instituições que garantem a vigência do código; 3) a ética, ou as formas de subjetivação moral e as práticas de si que “fabricam” o sujeito de conduta moral.

Segundo o Programa de Formação e Fortalecimento de Valores, um de seus objetivos é:

Padronizar os valores morais a serem cultivados na carreira militar, visando nortear o desenvolvimento do fortalecimento ético, moral, cívico e social, no âmbito do Comando da Aeronáutica; possibilitar um enriquecimento moral e ético de todos os envolvidos com as atividades previstas neste programa (BRASIL, 2016, p. 6).

Dessa forma, o PFV tem como propósito a construção de um “sujeito moral”, inculcando “valores, ética e moral militar”. É importante salientar que esse documento se enquadra às características da modernidade, pois está fundamentado na razão, na ordem, como um Código de Ética forte e eficaz. Essas características, entretanto, se contrastam com a pós-modernidade, na qual, segundo Bauman (2003), “tudo é temporário, [...] nossas instituições, quadros de referência, estilos de vida, crenças e convicções mudam antes que tenham tempo de se solidificar em costumes, hábitos e verdades auto-evidentes”. Os processos de construção

identitária, por serem processos culturais, além de estarem imersos em significados, podem se modificar, ou, até mesmo, dissolverem-se. Segundo Castro,

O indivíduo acaba “mudando de mundos”. [...] a criação de um soldado é como se houvesse uma “dissolução” de sua identidade anterior de “civil” e a criação de uma nova identidade, a de militar: [...] Ele deve perder grande parte de sua identidade anterior para que então se torne consciente de sua personalidade em termos de seu papel como militar (2004, p. 35).

Relacionando o trecho com os conceitos estabelecidos no PFV, torna-se pertinente destacar que os valores e os investimentos na produção de um sujeito moral sinalizam a construção de identidades militares, pois os sujeitos passam por um processo intenso de socialização militar, a fim de assumirem uma dada posição identitária.

## 5 Considerações finais

Os estudos realizados nesta pesquisa ocorreram por meio das análises sobre a construção de identidades militares e o Programa de Formação e Fortalecimento de Valores, a partir da Educação Corporativa Militar. Em termos metodológicos e estruturais, a pesquisa foi organizada em três tópicos. No primeiro, apresentam-se os conceitos e processos vinculados à Educação Corporativa Militar. A aplicação da educação corporativa manifesta um estímulo ao aprendizado contínuo nas organizações e ao aprimoramento dos saberes, das competências e habilidades voltadas às estratégias da instituição. Nesse sentido, observa-se que a educação na FAB está se movimentando em direção a essa perspectiva, pois, por meio dos Cursos de Formação e do Programa de Formação e Fortalecimento de Valores, constata-se que a educação está voltada para as necessidades da corporação. Pode-se, assim, caracterizar a FAB como uma instituição que valoriza a aprendizagem de seus recursos humanos, pois desenvolve, no âmbito de suas organizações, a educação continuada e progressiva, voltada para a construção de identidades militares.

No próximo tópico, foram examinados os conceitos de identidades militares. Partiu-se para uma análise conceitual, em que foram discutidas as questões ligadas à socialização dos militares, por meio dos estudos de Celso Castro e de outros autores, que se dedicam a pesquisas sobre militares no campo da antropologia cultural. Observou-se que a cultura militar molda a identidade do sujeito que passa por um processo educacional de formação e socialização militar. “Tomando por base a ideia da formação de uma ‘identidade militar’, há uma clara distinção entre as características atribuídas ao ‘mundo militar’, o ‘aqui dentro’, e as atribuídas ao ‘mundo

civil’, ou ‘lá fora’” (ALBERTINI, 2009). Tal concepção marca a segregação ou a alternância de uma socialização secundária do “ser civil” para o “ser militar”.

Finalmente, a pesquisa analisa o Programa de Formação e Fortalecimento de Valores (PFV). Esse programa diz respeito aos fundamentos de Ética militar, pois prescreve valores que devem ser seguidos e as posições que devem ser assumidas pelos militares, ou seja, que venham representar suas identidades. Vários termos foram analisados, interpretados e articulados, possibilitando um melhor entendimento da construção deste “sujeito moral”, fundamentado em princípios estabelecidos.

Embora o sujeito já tenha uma “identidade” que o represente, a partir do momento que é submetido a uma educação corporativa militar, uma nova identidade se forma e se constrói, pelo fato de que as identidades são flutuantes, mutáveis e líquidas, não sendo produzidas. O “tornar-se”, como diz Bauman (2001), relacionado aos estudos de Celso Castro, traz um aspecto antropológico, no que diz respeito a fabricar uma identidade, que ocorre em determinados espaços, instâncias, rituais, discursos e práticas. No entanto, é importante acentuar, que essa “identidade militar” não nasce com o sujeito, pois deve passar por um processo de transformação e construção.

Assim, pode-se dizer que a carreira militar está revestida de significados e representações que forjam e constroem o “espírito militar” e as “identidades militares”, partindo-se do pressuposto de que “o sujeito, que antes era um ‘ser civil’, transmuta-se em um ‘ser militar’” (BRAND, 2014, p. 41). Portanto, por meio da análise dos conceitos de educação corporativa, da investigação do Programa de Formação e Fortalecimento de Valores (PFV), articulado com os conceitos de identidades militares, foi possível compreender como ocorre a construção de identidades militares a partir da Educação Corporativa Militar.

---

### Referências Bibliográficas

- ALBERTINI, Lauriani Porto. O Exército e os outros. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (org.). **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. A Sociedade Líquida. Entrevista à Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. **Folha de São Paulo**, São Paulo, domingo, 19 de outubro de 2003.
- \_\_\_\_\_. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAYMA, Fátima. Educação a Distância e Educação Corporativa. In: BAYMA, Fátima (org.) **Educação Corporativa: desenvolvendo e gerenciando competências**. FGV. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
- BRAND, Aniele Fischer. **O processo de formação identitária e a incorporação, inculcação e encarnação do *habitus* militar: um estudo etnográfico na PMSC**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. 2014.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em março de 2018.
- BRASIL. **Estatuto dos Militares**. Lei Nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6880.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6880.html). Acesso em março de 2018.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) Acesso em: setembro de 2018.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. **Manual do Comando da Aeronáutica (MCA – 909-1): Programa de Formação e Fortalecimento de Valores (PFV)**. Boletim do Comando da Aeronáutica nº 155 de 13 de Setembro de 2016.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. **Portaria DEPENS nº 436-T/DE-6, de 1º de agosto de 2016**. Disponível em: [www.gpaer.intraer/server/index.php](http://www.gpaer.intraer/server/index.php). Acesso em: setembro de 2018.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Ensino. **Portaria DIRENS nº 273/DPL, de 14 de julho de 2017**. Disponível em: [www.gpaer.intraer/server/index.php](http://www.gpaer.intraer/server/index.php). Acesso em: setembro de 2018.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Ensino. **Portaria DIRENS nº 274-T/SDEN, de 14 de julho de 2017**. Disponível em: [www.gpaer.intraer/server/index.php](http://www.gpaer.intraer/server/index.php). Acesso em: setembro de 2018.
-

BRASIL. Política de Ensino de Defesa - PEnsD. **Decreto Nº 7.274, de 25 de agosto 2010**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7274.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7274.htm). Acesso em: setembro de 2018.

BRASIL. **Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas**. Decreto nº 88.513, de 13 de Julho de 1983.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar. 2004.

\_\_\_\_\_. **Exército e nação: estudos sobre a história do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (org.). **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CAVILHA, Juliana. Das entrevistas aos rituais: dialogando com os militares. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (org.). **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

DURAN, Débora. Pesquisa na educação superior militar: uma perspectiva pedagógica. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 3, nº 2, jul./dez. 2016, p. 73-90.

EBOLI, Marisa. Educação Corporativa: princípios de sucesso e melhores práticas. In: BAYMA, Fátima (org.) **Educação Corporativa: desenvolvendo e gerenciando competências**. FGV. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

EBOLI, Marisa. Fundamentos e evolução da educação corporativa. EBOLI, Marisa (org.) [et al.]. **Educação Corporativa: fundamentos, evolução e implantação de projetos**. São Paulo: Atlas, 2010.

FERREIRA, AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA. **Novo Aurélio Século XXI: O dicionário da língua portuguesa**. 3ª ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 35ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

GARCIA, Maria Manoela Alves. **O sujeito emancipado das pedagogias críticas. Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 31-50, 2001.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Revista Educação e Realidade**. nº 22, 1997. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>. Acesso em setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina. 2015, p. 10 – 11.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ: Apicuri, 2016.

---

\_\_\_\_\_. Estudos Culturais e seus legados teóricos. In: SOVIK, Liv (Org.) **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Stuart Hall. Belo Horizonte: UFMG/UNESCO do Brasil, 2003. p. 199 -218.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

JARDIM, Luiz Gomes. Força Aérea Brasileira (FAB). **Galáxia da Educação a Distância**. Boletim da ABED. Ano X, Ed. 29, jul/ago 2007.

LEIRNER, Piero. Etnografia com militares: fórmula, dosagem e posologia. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (org.). **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MEISTER, J. C. **Educação corporativa**. São Paulo: Makron Books, 1999.

MEYER, Dagmar Elisabeth Esternnam. **Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

NERY, Sergio. Gestão de mudanças. EBOLI, Marisa (org.) [et al.]. **Educação Corporativa: fundamentos, evolução e implantação de projetos**. São Paulo: Atlas, 2010.

Ó, Jorge Ramos do. A governamentalidade e a história da Escola Moderna: outras conexões investigativas. **Educação & Realidade**, n 34, v. 2, p. 97-117. 2009.

RICARDO, Jorge Eleonora. A educação do trabalhador do conhecimento. In: RICARDO, Eleonora Jorge (org.). **Gestão da Educação Corporativa**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

RODRIGUES, Maria Cláudia. **Educação empresarial**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 103-133.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel (org.). **Cultura, Poder e Educação – Um debate sobre Estudos Culturais em Educação**. Ed. Ulbra. 2004.

TAKAHASHI, Emília Emi Takahashi. **Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. 2002.

TARAPANOFF, Kira; ALVARES, Lillian. Educação Corporativa. In: TARAPANOFF, Kira (org.) **Aprendizado Organizacional: contexto e propostas**. Vol 2. Curitiba: Intersaberes, 2012.

WORTMEYER. Daniela Schmitz. **O desenvolvimento de valores morais na socialização militar: entre a liberdade subjetiva e o controle institucional**. Tese (Doutorado - Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) - Universidade de Brasília, 2017.

XAVIER, Paulo Sérgio. **O Currículo da Academia Militar das Agulhas Negras e a Formação Profissional: das Origens ao Início do Século XXI.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais, 2017.



**Military Corporate Education:  
Construction of identities and the Program of Formation and Fortification of Values**

**Abstract**

The aim of this research, from a broader point of view, is to research the construction of military identities and the Program of Formation and Fortification of Values, based on the Military Corporate Education. In methodological and structural, the research is organized in three topics: in the first one, we present the concepts and processes related to the Military Corporate Education. Next, we examine the concepts of military identities. Finally, the research analyzes the Program of Formation and Fortification of Values (PFV). Based on the analysis, it was possible to understand how the construction of military identities occurs from the Military Corporate Education.

**Keywords:** Military Corporate Education. Military Identities. Program of Formation and Fortification of Values.